

APRESENTAÇÃO

Lucia Léa Guimarães Tavares 25

DOCTRINA

Alguns Aspectos da Improbidade Administrativa

Alcir da Silva..... 31

Breves Notas Sobre as Modalidades de Intervenção do Estado no Domínio Econômico em Momentos de Crise

Anna Carolina Migueis Pereira..... 39

Acordos de Leniência e Advocacia Pública no Novo CPC

Bruno Fernandes Dias 66

Intempestividade por Prematuridade

Décio Viégas de Oliveira..... 91

Desastres Naturais e as Contratações Emergenciais

Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Flávio Amaral Garcia 100

Novos Paradigmas para a Advocacia de Estado: Da Necessidade de Observância da Consensualidade e de Respeito aos Precedentes na Advocacia Contenciosa

Filipe Bezerra de Menezes Picanço..... 121

O Novo CPC e o Federalismo

Guilherme Jales Sokal 134

Fatores que Demandam Interpretações Dissonantes de Princípios Constitucionais: Análise em Diferentes Ramos Jurídicos e Momentos Históricos

Guilherme Salgueiro Pacheco de Aguiar 161

Lei Complementar para Resolução de Conflitos Federativos de Competência Tributária

João Paulo Melo do Nascimento..... 181

Breves Apontamentos sobre o ICMS Ecológico e sua Contribuição para a Concretização do Direito ao Meio Ambiente Equilibrado

Júlia Silva Araújo Carneiro..... 204

Análise de Impactos Viários no Licenciamento Ambiental

Leonardo Barifouse 226

Advocacia De Estado E Políticas Públicas

Advocacia de Estado e Políticas Públicas Conversão de Multas Regulatórias em Investimentos. Possibilidade de Melhorias Concretas para o Usuário do Serviço Público Concedido com a Contribuição Essencial da Advocacia Pública

Luis Marcelo Marques do Nascimento.....239

O Novo Código de Processo Civil e a Aproximação do Controle Concreto ao Controle Abstrato de Constitucionalidade

Maria Luísa de Magalhães Barbosa.....252

A Veiculação de Publicidade por Outdoor e o Conflito de Competência entre o ISS e o ICMS- Comunicação

Maurine Morgan Pimentel Feitosa 274

Discricionariedade e Controle na Tutela do Patrimônio Histórico e Cultural: Reserva da Administração na Escolha entre Interesses Públicos Concorrentes e os Limites da Intervenção dos Poderes Judiciário e Legislativo

Patrícia Ferreira Baptista 298

PARECERES

Procuradoria de Serviços Públicos

Consulta sobre implicações jurídicas decorrentes da propositura da ação de procedimento ordinário pela Sociedade Complexo Maracanã Entretenimento S.A contra a H. Stern Comércio e Indústria S.A.. Suspensão imediata do uso da imagem do Estádio Maracanã em diversos materiais publicitários e produtos relacionados aos segmentos de jóias e pedras preciosas.

Parecer s/nº/AFMF- Antonio de Figueiredo Murta Filho.....317

Possibilidade de conversão de multa regulatória em investimentos a cargo do concessionário do serviço público. Inexistência de reserva legal, cabendo a disciplina da matéria por ato normativo da agência reguladora. Vinculação do investimento ao serviço público concedido. Impossibilidade de repercussão no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Celebração de Termo de Ajustamento de Gestão (TAG).

Parecer nº 03/15- FDCB - Felipe Derbli C. Baptista..... 348

Coordenadoria Geral do Sistema Jurídico

Regulamentação estadual das parcerias entre Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil - termos de colaboração, termos de fomento e acordos de cooperação. Análise da autorização governamental em razão do valor ou de recomendação técnica. Reflexão sobre

procedimento de manifestação de interesse social. A questão da revogação do Decreto Estadual nº 44.879. Considerações sobre as atribuições do núcleo de convênio da Subsecretaria de Projetos Especiais da Casa Civil.
Promoção nº 09/2016- APCBCA - Aline Paola C. B. C. de Almeida. 370

Prorrogação excepcional de contrato administrativo. Profundas alterações na execução contratual por fato superveniente e imprevisível. Uniformização da orientação jurídica da Administração Pública Estadual.
Parecer nº 06/15- RCG - Rogério Carvalho Guimarães..... 398

Consulta formulada pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) sobre a possibilidade de manutenção dos guardas-parques contratados temporariamente à luz da decisão proferida na ADI 3.649 pelo Supremo Tribunal Federal e da Nova Lei Estadual nº 6.901/2014 – Possibilidade à luz do artigo 13 da Lei Estadual nº 6.901/2014 e das informações consignadas nos autos pela origem.
Parecer nº 01/2015 - RCG – Rogério Carvalho Guimarães 407

Instituto Estadual do Ambiente

Necessidade de licenciamento ambiental estadual para transporte intermunicipal de produtos perigosos, ainda que o empreendedor exerça em conjunto a atividade de transporte interestadual.
Parecer nº 01/2016- ASCH - Alexandre Siuffo Schneider..... 415

Rioprevidência

Incidência da faixa de imunidade de contribuição previdenciária prevista no artigo 40, §21 da Constituição Federal sobre os proventos de aposentadoria e pensão de portadores de “doença incapacitante”. Inexistência de lei complementar federal. Possibilidade de o Estado do Rio de Janeiro exercer competência legislativa plena.
Parecer nº 12/2015- MSB - Marcelo Santini Brando..... 428

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Regime de dedicação exclusiva para docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Adicional de dedicação exclusiva. Base de cálculo para a contribuição previdenciária e proventos. Docentes que ingressaram antes da EC nº41/03. Direito à aposentadoria com proventos integrais e paridade. Incorporação do adicional.
Parecer nº 09/2015 - FMP – Flávio Müller Pupo 438

PODER JUDICIÁRIO

Supremo Tribunal Federal

Ação cautelar preparatória. Rio de Janeiro. Pedido de medida liminar. Dívida contratual. Contabilização da receita líquida real. Exclusão de receitas de *royalties* e participações especiais.
Presidente Ministro Ricardo Lewandowski.....477

Direito Constitucional e Administrativo. Agravo em Recurso Extraordinário. Reajuste de 24% para servidores do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Lei nº 1.206/1987. Isonomia. Repercussão geral. Reafirmação de Jurisprudência.
Relator Ministro Roberto Barroso.....480

ESTADO EM JUÍZO

Ação Direita de Inconstitucionalidade 5492. Controle de Constitucionalidade dos artigos 9º, parágrafo único, II, 15, 46, § 5º, 52, parágrafo único, 242, § 3º, 311, parágrafo único, 535, § 3º, II, 840, I, 985, § 2º, 1.035, § 3º, III, e 1.040, IV, todos da Lei Federal nº 13.105/2015, que institui o Novo Código de Processo Civil.
Francisco Dorneles, Lúcia Léa Guimarães Tavares e Emerson Barbosa Maciel
.....507

Ação cautelar preparatória 4087. Receitas de *royalties* e participações especiais. Dívida contratual. Cálculo da receita líquida real
Ciro Grynberg, Lucia Léa Guimarães Tavares, Saint-Clair Souto.....538

Recurso Extraordinário 909.437. Extensão administrativa de reajuste de 24% para servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Lei nº 1.206/1987.
Joner Folly550

ASSUNTOS GERAIS

Índice569

Normas de Publicação para os Autores575